

Propriedade: acordo garante votação

BRASILIA — Um acordo sobre a questão da propriedade, fechado ontem à noite entre o PMDB e o Centrão, vai viabilizar a retomada das votações interrompidas devido ao impasse entre as forças políticas sobre a matéria. Pelo texto, fica assegurado o direito à propriedade sem prejuízo do bem-estar social; e as indenizações, nos casos de desapropriação, serão pagas em dinheiro, com exceção daquelas feitas para fins de reformas agrária e urbana, a serem pagas mediante Títulos da Dívida Pública.

A reunião para o acordo foi realizada no Palácio do Planalto no final da tarde, depois que o Presidente em exercício, Deputado Ulysses Guimarães, chegou da viagem que fez ao Rio de Janeiro para visitar as áreas atingidas pela enchente no Estado. Participaram do encontro os Líderes do Centrão; o Senador Mário Covas, Líder do PMDB na Constituinte; e representantes do MUP, do "Grupo dos 32" e do "Grupo de Entendimentos".

Mário Covas e os demais Líderes do PMDB deixaram o Planalto pelo elevador privativo, evitando falar com os jornalistas. O único que saiu pela entrada principal foi o Relator da Constituinte, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), que confirmou o entendimento na questão da propriedade. Cabral disse que Covas pediu tempo até hoje pela manhã para definir a posição do partido, mas deu como conclusivos os resultados do encontro.

O Centrão e os representantes dos demais grupos — com exceção do



O Líder do Governo, Carlos Sant'Anna, pediu que os centristas deixassem o plenário para impedir a votação

MUP — deram a questão por encerrada e afirmaram que a pauta da Constituinte está desobstruída.

A reunião teve um caráter informal. Os Líderes não chegaram a sentar na mesa de negociações para conversar, pois o texto já havia sido objeto de um acordo prévio fechado à tarde na Constituinte. Tanto assim, que os políticos não foram à sala de

despachos presidenciais, limitando-se a permanecer na ante-sala, conversando. Ulysses Guimarães, que na hora tratava dos problemas do Rio de Janeiro com o Ministro do Planejamento, João Baptista de Abreu, ficou com eles, nesta sala, por apenas dez minutos.

Segundo José Geraldo (PMDB-MG), na qualidade de Presidente do

PMDB, Ulysses Guimarães deu o seu apoio ao texto. Falta ainda definir quem será o autor ou os autores da emenda a ser submetida ao plenário. Segundo o Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador Albano Franco (PMDB-SE), a base do texto é uma emenda do Senador Fernando Henrique Cardoso.

Centrão provocou adiamento para hoje

BRASILIA — A liderança do PMDB na Constituinte e os grupos "progressistas" não conseguiram ontem o mínimo de 280 parlamentares para votar o texto do Centrão, que se retirara do plenário, sobre o direito de propriedade. Com isso, haverá hoje, pela terceira vez consecutiva, nova sessão destinada à votação da matéria. Orientada por alguns de seus líderes, como os Deputados José Lourenço (PFL-BA) e Gastone Righi (PTB-SP), além do Líder do Governo na Câmara, Deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), a maioria do Centrão retirou-se para evitar uma votação conclusiva.

Votaram 250 constituintes: 196 contra o texto; 22 a favor, com 32 abstenções — número insuficiente para aprovar ou rejeitar matérias, segundo o Regimento Interno da Constituinte. O dispositivo sobre o direito de propriedade foi destacado do texto do Centrão, para votação em separado, pelo Líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas. Pouco antes de a maioria do Centrão se retirar e a pedido do Vice-Líder do PT, Deputado José Genoíno, foi feita verificação de quorum, quando se registrou a presença de 323 constituintes em plenário, que seriam suficientes para garantir a votação.

O texto do Centrão assegura o direito de propriedade e diz que a lei determinará o procedimento para desapropriação mediante justa e prévia indenização em dinheiro. Os

"progressistas" querem vincular o exercício do direito de propriedade à função social do imóvel e que a indenização seja feita em títulos da dívida pública.

A sessão de votação foi tumultuada. O novo Regimento Interno, que foi discutido durante dois meses até ser aprovado, acabou recebendo diversas interpretações. De um lado, várias lideranças do Centrão levantaram questões de ordem, exigindo que, no caso de não se obter o quorum para aprovação do texto, a sessão fosse suspensa por 24 horas; de outro, os "progressistas" queriam que a falta de quorum significasse a rejeição do texto. Ao final, não havendo 280 em plenário, a votação não foi considerada válida.

Os principais articuladores do Centrão lamentaram a necessidade de o grupo ter que se retirar do plenário. Mesmo assim, reconheceram que ontem não contavam com número suficiente para aprovar ou rejeitar qualquer emenda.

Os Deputados José Lourenço e Gastone Righi comandaram a retirada do plenário, acenando com as mãos e aos gritos. Diante da dificuldade, o nervosismo de alguns líderes do grupo ficou evidente. O Deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) chamou duas vezes o Presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, de "Deputado Ulysses Figueiredo".

Ulysses pede a Sarney que cancele viagens

BRASILIA — O Deputado Ulysses Guimarães pediu ao Presidente José Sarney, através do Ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, que suspenda as suas viagens ao exterior até a promulgação da nova Carta — segundo revelaram fontes diplomáticas. Ulysses quer se dedicar integralmente ao trabalho da Constituinte.

No primeiro diálogo que tiveram sobre o assunto, há dez dias, Sodré ponderou a Ulysses que a viagem à Colômbia não poderia mais ser adiada, já que ela tinha sido cancelada uma vez. O assunto também foi discutido na última quinta-feira, quando Sodré esteve na casa de Ulysses.

Na ocasião, o Presidente da Constituinte fez longa explanação sobre o desgaste que os políticos estão enfrentando pela demora nos trabalhos da Constituinte. Sodré se comprometeu a interceder junto a Sarney, o que de fato fez. As viagens, garantiram as fontes, provavelmente serão canceladas.

Centrista pede seu nome em cartaz da CUT

O Deputado Ricardo Izar (PFL-SP) surpreendeu ontem o plenário, e acabou bastante aplaudido, quando, além de exibir da tribuna o cartaz com as fotos dos membros do Centrão, distribuído pela CUT em São Paulo, reclamou que a entidade sindical se esquecera dele:

— Faço um apelo à CUT: na próxima edição desse cartaz, quero uma foto bem grande e colorida porque sou um dos fundadores do Centrão.

A atitude do Deputado contrastou com a dos demais centristas, que, desde a semana passada, protestaram contra os cartazes e até ameaçaram os autores. Ontem, antes de Izar, subira à tribuna o Deputado Farabulini Júnior (PTB-SP), que não aceitou ser qualificado de "traidor do povo" (como está escrito nos cartazes), chamou os membros da CUT de "moleques" e os cartazes de "panfletos nojentos".

● RETIRADA — A Polícia Federal



Izar, à esquerda, mostra cartaz da CUT a integrantes do Centrão

começa a retirar hoje os cartazes, painéis e out-doors espalhados pela CUT em várias cidades do País contra os parlamentares que votaram a favor do mandato de cinco anos para o Presidente José Sarney e contra o princípio da estabilidade contido no projeto de Constituição da Comissão de Sis-

tematização. O Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal (DPF), Romeu Tuma, determinou que as Superintendências do órgão peçam a colaboração dos Departamentos de Limpeza Urbana das Prefeituras para a retirada do material.

'Bem-estar social' causou o impasse

BRASILIA — Os Líderes do Centrão aceitaram a subordinação do direito de propriedade à sua função social, mas não ao bem-estar social, como estabelece o texto da Comissão de Sistematização. Este foi o detalhe que impediu o fechamento de um acordo com a Liderança do PMDB no parágrafo sobre propriedade privada, na sessão da tarde de ontem.

As ressalvas exigidas pelos "progressistas" nas indenizações em dinheiro — na caso das desapropriações para reforma agrária ou urbana — já tinham sido aceitas.

O texto da Sistematização prevê que o exercício do direito de propriedade subordina-se ao bem-estar social, à conservação dos recursos naturais e do meio ambiente. A Liderança do PMDB abria mão das duas últimas expressões, que já constam de outros artigos da Constituição, mas insistia na subordinação ao bem-estar social. Os Líderes do Centrão não aceitaram, por entenderem que a expressão "bem-estar social" deixava o critério de desapropriação a cargo de cada governante.

— A nossa tradição jurídica não

recomenda este termo. Toda a nossa jurisprudência está baseada na expressão interesse social. É este o termo que tem que constar na Constituição — argumentava o Deputado Bonifácio de Andrada (PMDB-MG), um dos Líderes do Centrão.

O grupo queria aprovar um texto comum ao seu substitutivo e ao projeto da Sistematização, onde está previsto que "a lei estabelecerá o procedimento de desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social". Com isso, argumentavam os Líderes do Centrão, se preservaria a subordinação da propriedade à sua função social.

Para o Líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas (SP), o acordo para votar a questão da propriedade poderia estar fechado desde a sexta-feira, não fosse a intransigência de alguns líderes do Centrão, principalmente dos Deputados Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Gastone Righi (PTB-SP). Eles, porém, rebateram a acusação, argumentando que Covas é que prejudicou os entendimentos ao forçar a votação do texto do Centrão para prejudicá-lo.

Saneamento

PARTE da missão do parlamentar é a defesa dos interesses da comunidade que ele representa. Na prática, isto significa um lobby legítimo junto a órgãos públicos, em busca de verbas e outros recursos.

ESSA atividade perde legitimidade quando o atendimento ao pedido tem o sentido de barganha por apoio político.

PARA evitar o risco, ou mesmo a suspeita infundada, o Governador de São Paulo, Orestes Quércia, sugere a oficialização das postulações, através de ofícios encaminhados pelo Legislativo ao setor competente do Executivo.

A IDÉIA tem o defeito da burocratização. Mas, também, a virtude do saneamento de uma área nebulosa.

Esforço concentrado depois do carnaval

BRASILIA — O Presidente interino da República e Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães, defende a realização de um esforço concentrado dos constituintes a partir da quinta-feira depois do carnaval, com votações aos sábados e domingos, visando a promulgação da nova Constituição em abril. Ele disse que, se for necessário, a manhã será usada para as votações, o que ainda não aconteceu:

— Quero realizar 15 votações até abril, o suficiente para aprovar a nova Carta. Se não for possível fazer tudo isto só na parte da tarde, realizaremos sessões matinais para aproveitar esta reserva de tempo. Podemos também ganhar tempo reduzindo os encaminhamentos de cada votação. Em vez de dois discursarmos a favor e dois contra, reduziremos para um a favor e um contra.

Quando for um tema sobre o qual haja acordo, ninguém discursa. Aprovamos logo — disse Ulysses, que não acredita que o Centrão se oponha a realizar votações nos fins de semana. "Não haverá problemas. Nós amansamos eles", brincou ele.

O Presidente interino acha que a duração do mandato do Presidente José Sarney será condicionado pelo sistema de governo que ficar definido no Título 4º, que deve ser votado em março:

— É claro que se o parlamentarismo vencer, o desenho político do País muda, todas as definições vão se inclinar em uma direção.

Ulysses acha que toda a atual impopularidade da classe política será superada "à medida que for ficando claro que será um a Constituição terá um texto progressista".

Fiúza vai propor adoção da indenização progressiva

BRASILIA — Os empresários só admitem a estabilidade no emprego mediante o princípio da indenização progressiva defendido pelo Centrão. Esta é a proposta que o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) levará, amanhã, à reunião de lideranças convocada por Ulysses Guimarães, para conseguir um consenso em torno do tema. Para Fiúza, o acordo — que envolverá as forças moderadas da Constituinte — está próximo. A informação foi dada em encontro realizado ontem, no Palácio do Planalto. Embora estivessem presentes vários líderes partidários e de grupos da Constituinte, Ulysses Guimarães, que organizara a reunião, preferiu deixar para amanhã o debate sobre a

estabilidade, um dos temas mais polêmicos do projeto de Constituição.

O Senador Albano Franco, Presidente da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), disse que a posição do empresariado foi definida depois de amplas consultas aos mais diversos setores. Até então, Albano defendia, nas negociações, a proposta da liderança do PMDB, que prefere deixar a regulamentação da matéria para a lei ordinária.

— Mas o empresariado e uma parcela importante dos sindicatos dos trabalhadores preferem uma definição imediata quanto ao assunto. Ninguém sabe em que condições será elaborada a legislação ordinária — disse.

Segundo Albano, os empresários estão dispostos a tornar cada vez mais difícil a dispensa imotivada. Porém, não admitem deixar de pôr, no texto da nova Constituição, o conceito de indenização compensatória.

— Não podemos dificultar a saída de trabalhadores das empresas, pois estaremos dificultando a entrada de trabalhadores no mercado — afirmou. Assim, fica difícil um consenso com o segmento do PMDB liderado pelo Senador Mário Covas. Para Fiúza, isso já era previsível. O acordo, então, será fechado entre os moderados da Constituinte que, afirma, são maioria e adotarão a emenda do Deputado Ronaldo César Coelho.